

( ) Graduação (X) Pós-Graduação

## NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

**Marcelo Esnarriaga de Arruda**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
marcelo.e.arruda@ufms.br

**Fernando Thiago**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
fernando.t@ufms.br

**José Carlos de Jesus Lopes**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
jose.lopes@ufms.br

**Yasmin Gomes Casagrande**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
yasmin.casagrande@ufms.br

### RESUMO

Este resumo expandido analisa como a doutrina do neoliberalismo impacta as políticas públicas de saúde, no Brasil. Objetiva-se refletir, brevemente, como a adoção do ideário neoliberal ocasiona o esvaziamento do Sistema Único de Saúde (SUS), em razão do seu subfinanciamento e do seu contínuo processo de terceirização dos serviços públicos. Serão analisados os estudos já publicados que tratam da relação entre os paradigmas do neoliberalismo em relação às práticas das políticas públicas de saúde. Especificamente, avaliará os gastos realizados pela União e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2015 a 2019, na execução das referidas políticas. Espera-se que esta breve reflexão possa contribuir com os agentes políticos e com os gestores públicos, quando da elaboração de políticas públicas voltadas à saúde da população brasileira, para que possam considerar essa relação e adotar com mais cautela os pressupostos neoliberais, evitando-se, assim, o desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Gestão pública da saúde; Sistema Único de Saúde; Responsabilidade social; Qualidade dos serviços públicos.

### 1 INTRODUÇÃO

Neoliberalismo é um conceito polissêmico (ANDRADE, 2019). Pode-se pensá-lo como fenômeno econômico ou político, como uma doutrina, como uma tecnologia de governo (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019). Inicialmente, a lógica do neoliberalismo foi pensada como um conjunto de ideias para regular a vida em sociedade, garantindo-se primazia aos direitos individuais, sobretudo da liberdade e da propriedade, além das livres trocas de mercado (GÖTTEMS; MOLLO, 2020).

O objetivo principal das ideias neoliberais era limitar a atuação do Estado. Com o passar do tempo, o neoliberalismo foi se transformando em uma técnica de governo orientada à promoção de uma sociedade estruturada pelo critério da concorrência (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019). Não há esfera da vida – igreja, família, escola – que não seja influenciada pelos valores neoliberais (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017).

Pensando o neoliberalismo como um programa político, que organiza a atual fase do capitalismo (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017), e levando-se em conta a natureza orgânica da relação Estado/capital (MENDES; CARNUT, 2018), natural a absorção, pelo Estado Brasileiro, de todo o ideário neoliberal. Ainda que o capitalismo passe por uma severa crise de acumulação, o neoliberalismo, enquanto técnica de governo, sobrevive (ANDRADE, 2019) e continua influenciando as mais diversas instituições. Para Menezes, Morretti e Reis (2019), o Estado brasileiro está subordinado à racionalidade de mercado, o que limita as possibilidades de configuração e execução de suas políticas.

Os reflexos de um governo orientado pelos pressupostos neoliberais sobre as políticas públicas de saúde são significativos, por exemplo: a) descentralização dos serviços, com a consequente diminuição dos recursos transferidos pelo poder central (GÖTTEMS; MOLLO, 2020); b) subfinanciamento (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019); c) transferência de recursos para entidades privadas, por meio das terceirizações (MENDES; CARNUT, 2018); e d) desmonte do Sistema Único de Saúde (ANDRADE; CARVALHO, 2022).

Nesta breve reflexão, aqui analisa-se que a atual conformação das políticas públicas de saúde do Estado Brasileiro, sob a influência do ideário neoliberal, impacta sobremaneira de forma negativa nas práticas gerenciais e nos processos decisórios, em especial, quando se trata do financiamento do Sistema Único de Saúde e na precarização da qualidade dos serviços públicos ofertados.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica (GIL, 2022), acerca da relação entre neoliberalismo e políticas públicas de saúde. Mesmo para esta breve reflexão, foi aplicado o *Check-list* sugerido por Jesus-Lopes, Maciel e Casagrande (2022), o que permitiu analisar as execuções orçamentárias do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, com foco específico nos gastos com pessoal e nas transferências realizadas para entidades privadas prestarem serviços hospitalares.

Por fim, serão avaliadas as principais alterações constitucionais e legislativas que impactam as despesas com serviços públicos de saúde do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul a partir de 2015. Para a configuração do corpo textual acatou-se as normas da ABNT (2018).

### 3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se demonstrar por meio de um futuro artigo que a adoção indiscriminada das práticas propagadas pelo gerencialismo, que pode ser pensado como braço operacional do neoliberalismo, não possa ser *ad infinitum* compatível com um Estado, que, constitucionalmente, eleva a saúde humana como um dos direitos fundamentais do cidadão (BRASIL, 1988). Pretende-se refletir, também, que o ideário neoliberal, aplicado à administração pública, resulta em desfinanciamento da saúde e na prática gerencial da terceirização a ser aplicada, de forma constante, nos serviços públicos em prejuízo dos seus usuários, enquanto cidadãos brasileiros.

Assim, os resultados poderão ser utilizados pelos agentes políticos, no que lhes toca no ciclo das políticas públicas, e pelos gestores públicos, para evitar a adoção indiscriminada das práticas gerenciais, que nem sempre se traduzem em melhoria nos serviços públicos.

Além disso, espera-se que os agentes públicos compreendam que a racionalidade concorrencial tipicamente privada, característica do neoliberalismo, não pode ser integralmente importada para a administração pública em razão das diversas diferenças que existem entre esses campos da administração.

#### Agradecimentos

O alcance dos objetivos declarados neste estudo foi possível graças ao suporte financeiro (Código de Financiamento 001), disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), ligada ao Ministério da Educação (MEC), combinando com o apoio estrutural e científico da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. P. Neoliberalism: Economic Crisis, Crisis of Democratic Representativeness and Strengthening of Governmentality. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 109–135, 2019.
- ANDRADE, H. S. DE; CARVALHO, S. R.; OLIVEIRA, C. F. Leituras do Governo neoliberal do Estado e da saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 1, p. 1–19, 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 6023** Informação e documentação Referências Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GÖTTEMS, L. B. D.; MOLLO, M. DE L. R. Neoliberalismo na América Latina: efeitos nas reformas dos sistemas de saúde. **Rev. saúde pública (Online)**, v. 54, p. 54-74, 2020.
- JESUS-LOPES, José Carlos de; MACIEL, Wilson Ravelli Eliseu; CASAGRANDA, Yasmim Gomes. Check-List dos elementos constituintes dos delineamentos das pesquisas científicas. **Revista Desafio Online**, v. 10, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2022.
- MENDES, A.; CARNUT, L. Contemporary capitalism in crisis and its political form: Underfunding and managerialism in Brazilian public health. **Saude e Sociedade**, v. 27, n. 4, p. 1105–1119, 2018.
- MENEZES, A. P. DO R.; MORETTI, B.; REIS, A. A. C. DOS. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe5, p. 58–70, 2019.
- MISOCZKY, M. C. A.; ABDALA, P. R. Z.; DAMBORIARENA, L. A. A trajetória Ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos Marcos do Neoliberalismo e do Gerencialismo. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 3, p. 184–193, 2017.